

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202104/0182
Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum
Estado: Activa
Nível Orgânico: Câmaras Municipais
Orgão / Serviço: Câmara Municipal do Porto
Vínculo: CTFP por tempo indeterminado
Regime: Carreiras Gerais
Carreira: Técnico Superior
Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3
Remuneração: 1205,08€
Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

Ref.ª 2021-31 - Um posto de trabalho de Técnico Superior da área funcional Planeamento Ambiental: "Desenvolve funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elabora estudos, projetos e atividades conducentes à definição e concretização das políticas do município na área do planeamento ambiental, nomeadamente, definição, gestão e acompanhamento de estudos/medidas com incidência ou impacto ambiental nas suas diferentes vertentes: Descarbonização e Adaptação às Alterações Climáticas, Economia Circular, Soluções inspiradas na Natureza (Nature Base Solutions), Biodiversidade urbana, Sistema húmido e ciclo Urbano da Água; desenvolvimento de conteúdos técnico-científicos para suporte à participação do Município em redes e parcerias internacionais."

Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva
Nomeação transitória, por tempo determinável
Nomeação transitória, por tempo determinado

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado
CTFP a termo resolutivo certo
CTFP a termo resolutivo incerto
Sem Relação Jurídica de Emprego Público

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
b) 18 anos de idade completos;
c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP: Por despacho da Senhora Vereadora com o Pelouro da Juventude e Desporto e o Pelouro dos Recursos Humanos e Serviços Jurídicos, Dra. Catarina Araújo, de 11/02/2021, conforme Mapa de Pessoal para 2021, aprovado por deliberação de Reunião de Câmara de 30 de novembro de 2020 e de Assembleia Municipal de 9 de dezembro de 2020, respetivamente.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Lic. Ambiente, Ciências Sociais, Agrárias ou áreas afins, Ciências biológicas ou Eng. afim ao Ambiente

Grupo Área Temática

Área Temática Ignorada

Sub-área Temática

Área Temática Ignorada

Área Temática

Área Temática Ignorada

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal do Porto	1	Praça General Humberto Delgado		4049001 PORTO	Porto	Porto

Total Postos de Trabalho: 1**Nº de Vagas/ Alterações****Formação Profissional****Outros Requisitos:****Formalização das Candidaturas****Envio de Candidaturas para:** <https://recrutamentocmp.cm-porto.pt/procedimentos>**Contacto:** Linha Porto.: 220 100 220 (2.ª a 6.ª – 9h00/19h00)**Data Publicitação:** 2021-04-09**Data Limite:** 2021-04-23**Texto Publicado****Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social:** Aviso (extrato) n.º 6592/2021, Diário da República n.º 69/2021, Série II de 2021-04-09**Texto Publicado em Jornal Oficial:** 1 - Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, doravante designada LTFP e aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que por despacho da Senhora Vereadora com o Pelouro da Juventude e Desporto e o Pelouro dos Recursos Humanos e Serviços Jurídicos, Dra. Catarina Araújo, de 11-02-2021, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso no Diário da República, procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento do posto de trabalho infra identificado da Câmara Municipal do Porto. 2 - Caracterização do posto de trabalho, conforme mapa de pessoal de 2021 do Município do Porto, aprovado por deliberação de Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, de 30 de novembro de 2020 e 9 de dezembro de 2020, respetivamente: 2.1 - Ref.ª 2021-31 - Um posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior, área funcional Planeamento Ambiental, com a exigência habilitacional de Licenciatura em Ambiente, ou Ciências Sociais ou Ciências Agrárias ou áreas afins e Engenharia afim ao Ambiente. Licenciatura em Ciências biológicas, Ambiente ou Engenharia afim ao Ambiente, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para o Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Ambiental. 3 - Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua atual redação, informa-se que a publicitação integral do procedimento concursal será também efetuada em www.bep.gov.pt e no sítio da Internet do Município do Porto em <https://recrutamentocmp.cm-porto.pt/procedimentos>**Observações**

1 – Por despacho da Senhora Vereadora com o Pelouro da Juventude e Desporto e o Pelouro dos Recursos Humanos e Serviços Jurídicos, Dra. Catarina Araújo, de 11/02/2021, encontra-se aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso, procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Fundamentação legal - art.º 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, doravante LTFP.

2 - Caracterização do posto de trabalho conforme Mapa de Pessoal para 2021, aprovado por deliberação de Reunião de Câmara de 30 de novembro de 2020 e de Assembleia Municipal de 9 de dezembro de 2020.

2.1 - Ref.ª 2021-31 - Um posto de trabalho de Técnico Superior da área funcional Planeamento Ambiental: "Desenvolve funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elabora estudos, projetos e atividades conducentes à definição e concretização das políticas do município na área do planeamento ambiental, nomeadamente, definição, gestão e acompanhamento de estudos/medidas com incidência ou impacto ambiental nas suas diferentes vertentes: Descarbonização e Adaptação às Alterações Climáticas, Economia Circular, Soluções inspiradas na Natureza (Nature Base Solutions), Biodiversidade urbana, Sistema húmido e ciclo Urbano da Água; desenvolvimento de conteúdos técnico-científicos para suporte à participação do Município em redes e parcerias internacionais."

3 - Local de trabalho: Câmara Municipal do Porto.

4 - Determinação do posicionamento remuneratório: 1 205,08€ (mil duzentos e cinco euros e oito centimos) correspondente à 2.ª posição remuneratória, nível 15 da Tabela Remuneratória Única. Fundamentação legal - art.º 38.º da LTFP.

4.1 - Os candidatos detentores de vínculo de emprego público devem informar previamente o Município do Porto da remuneração base, carreira e categoria que detêm na sua situação jurídico-funcional de origem.

5 - Âmbito do recrutamento: Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à atividade municipal, na impossibilidade de ocupação do posto de trabalho objeto do presente procedimento concursal por trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado ou que se encontrem em situação de requalificação, o recrutamento, será efetuado de entre trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, conforme o Plano Anual de Recrutamento para 2021.

Fundamentação legal - n.º 4 do art.º 30.º da LTFP

6 - Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira e categoria e, não se encontrando em situação de requalificação, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Câmara Municipal do Porto idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento.

Fundamentação legal - alínea k) do n.º 4 do art.º 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, na sua atual redação, doravante designada Portaria.

7 - Requisitos de admissão: os requisitos de admissão são:

Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excecionados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;

Ter 18 anos de idade completos;

Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;

Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;

Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

Fundamentação legal - art.º 17.º da LTFP.

7.1 - Nível habilitacional: Licenciatura em Ambiente, ou Ciências Sociais ou Ciências Agrárias ou áreas afins e Engenharia afim ao Ambiente. Licenciatura em Ciências biológicas, Ambiente ou Engenharia afim ao Ambiente.

7.1.1 - O requisito relativo ao nível habilitacional será comprovado através de certificado de habilitações da Licenciatura (pré Bolonha ou pós Bolonha) exigida para o posto a concurso, pelo que o comprovativo de nível habilitacional superior, não comprova que o candidato possua a Licenciatura exigida, sendo assim excluído.

7.2 - Os candidatos devem reunir os requisitos referidos até à data limite de apresentação das respetivas candidaturas.

8 – Formalização de candidaturas: informa-se que a publicitação integral dos procedimentos, bem como a respetiva candidatura será efetuada em formato eletrónico em <https://recrutamentocmp.cm-porto.pt/procedimentos>.

8.1 – Para efeitos de notificação dos candidatos será utilizado o correio eletrónico constante do formulário eletrónico de candidatura.

9 - A submissão da candidatura deverá ser acompanhada de curriculum vitae e ainda dos seguintes elementos em formato PDF, tendo como limite 1 Mb por documento:

a) Certificado, ou outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito, das habilitações exigidas no ponto 7.1 do presente aviso de abertura, sob pena de exclusão.

Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro deverão submeter, em simultâneo, documento comprovativo das habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável; sob pena de exclusão.

b) Documentos comprovativos das ações de formação relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho e frequentadas nos últimos cinco anos, onde conste a data de realização e duração das mesmas, sob pena de não serem consideradas.

c) Declaração emitida pelo serviço público de origem, devidamente atualizada, da qual conste: a modalidade de vínculo de emprego público, a descrição das atividades/funções que atualmente executa e a identificação da carreira/categoria em que se encontra inserido, com a identificação da respetiva remuneração reportada ao nível e posição remuneratória auferidos (documento apenas aplicável a trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas).

9.1 - A não submissão dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão, bem como dos que sejam indispensáveis para

efetuar a análise da candidatura, determina a exclusão do procedimento concursal.
Fundamentação legal - n.º 8 do art.º 20.º da Portaria.

10 – Os candidatos que exercem funções na Câmara Municipal do Porto ficam dispensados de apresentar os documentos referidos nas alíneas a), b) e c) do ponto anterior, desde que refiram que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual.

11- Métodos de Seleção:

a) Avaliação Curricular, Entrevista de Avaliação de Competências e Entrevista Profissional de Seleção;

Ou

b) Prova de Conhecimentos, Avaliação Psicológica e Entrevista Profissional de Seleção.

11.1 – Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências – para os candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como no recrutamento de candidatos em situação de requalificação, que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade.

11.2 - Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica – para os restantes candidatos.

11.3 - Os métodos referidos no ponto 11.1) podem ser afastados pelos candidatos através de menção expressa no formulário de candidatura, aplicando-se-lhes, nesse caso, os métodos previstos no ponto 12.2), conforme previsto no n.º 3 do art. 36.º da LTFP.

11.4 - Serão excluídos os candidatos que não compareçam a qualquer um dos métodos de seleção, bem como os que obtenham uma valorização inferior a 9,50 valores em qualquer um dos métodos. Ao abrigo do disposto no n.º 9 do art.º 9.º da Portaria, todos os métodos de seleção, bem como todas as suas fases, têm caráter eliminatório.

11.5 – Atendendo à celeridade que importa imprimir ao presente procedimento concursal, tendo em conta a urgência no preenchimento do posto de trabalho em apreço, de acordo com o disposto no art.º 7.º da Portaria, os métodos de seleção indicados serão aplicados de forma faseada, sendo que a aplicação do segundo método e dos métodos seguintes será efetuada apenas a parte dos candidatos aprovados no método anterior, a convocar por conjuntos sucessivos de 20 candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades.

11.6 - Forma, natureza e duração da Prova de Conhecimentos:

11.6.1 - A Prova de Conhecimentos: será efetuada por recurso a meios de comunicação à distância. Para a sua realização será necessário o uso de computador ou outro dispositivo, cujos demais requisitos se encontram descritos na plataforma de recrutamento.

11.6.2 - Será de natureza teórica, sem consulta, numa só fase, constituída por um conjunto de questões de escolha múltipla, tendo a duração máxima de 90 minutos e incidirá sobre assuntos de natureza genérica e específica, diretamente relacionados com as exigências da função. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores, sendo a valorização considerada até às centésimas.

11.6.3 – Os candidatos que compareçam à Prova de Conhecimentos com atraso de 15 minutos relativamente à hora referida na convocatória não poderão realizar o método de seleção.

11.7 – Legislação e bibliografia necessária à sua realização:

Devem ser consideradas todas as atualizações e alterações que, entretanto, venham a ser efetuadas à legislação indicada no presente aviso até à data da realização da prova de conhecimentos.

11.7.1– Legislação geral: Constituição da República Portuguesa; Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro – Código do Procedimento Administrativo; Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, na sua atual redação - Código de Trabalho; Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, na sua atual redação - Avaliação do desempenho na administração pública; Decreto Regulamentar n.º 18/2009; Despacho Normativo n.º 4 -A/2010;

11.7.2– Legislação/Bibliografia específica: Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal) (https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC_1&format=PDF); Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 (<https://sdgs.un.org/goals>); Estratégia do Prado ao Prato para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente (2020) (https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:ea0f9f73-9ab2-11ea-9d2d-01aa75ed71a1.0007.02/DOC_1&format=PDF); Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 (2020) (https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:a3c806a6-9ab3-11ea-9d2d-01aa75ed71a1.0011.02/DOC_1&format=PDF); https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:a3c806a6-9ab3-11ea-9d2d-01aa75ed71a1.0011.02/DOC_2&format=PDF); Soluções de base natural (https://ec.europa.eu/info/research-and-innovation/research-area/environment/nature-based-solutions_en); Novo Plano de Ação sobre Economia Circular da Comissão Europeia (https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9903b325-6388-11ea-b735-01aa75ed71a1.0022.02/DOC_1&format=PDF); Uma estratégia europeia para os plásticos numa economia circular (https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:2df5d1d2-fac7-11e7-b8f5-01aa75ed71a1.0020.02/DOC_1&format=PDF); Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/114337039/details/normal?l=1> <https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/122857881/details/maximized>); Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPIC) (https://www.apambiente.pt/_zdata/DMMC/RCM%2056_2015.pdf); Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBAAAAB%2bLCAAAAAAABACzMDexAAAu9emBAAAAA%3d%3d>);

Inventário Nacional de Emissões 2020 (https://apambiente.pt/_zdata/Inventario/20200414/200420%20memo_emisses2018_FINAL.pdf);

METROCLIMA – Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas á Área Metropolitana do Porto (http://portal.amp.pt/media/documentos/2019/02/28/AMP_PMAAC.pdf)

Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (disponível na Plataforma de Recrutamento); Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2020) (<https://dre.pt/application/conteudo/107669156>); Roadmap 2030 para a Economia Circular do Porto (disponível na Plataforma de Recrutamento); Relatório Cities and Circular Economy for Food –

Porto (<https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/Focus-City-Porto-Portugal.pdf>); Estudos de caracterização e diagnóstico de suporte à revisão do PDM - Caracterização biofísica (disponível na Plataforma de Recrutamento); Estudos de caracterização e diagnóstico de suporte à revisão do PDM - Estrutura ecológica e biodiversidade (disponível na Plataforma de Recrutamento); Estudos de caracterização e diagnóstico de suporte à revisão do PDM – Clima e ambiente urbano (disponível na Plataforma de Recrutamento).

11.8 - Avaliação Curricular: Visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional e tipo de funções exercidas, relevância da experiência adquirida e da formação realizada. A avaliação curricular será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas na avaliação dos seguintes parâmetros:

- Habilitações Académicas – HA;
- Formação Profissional – FP;
- Experiência Profissional – EP;

De acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = ((HA + FP + (2 \times EP)) / 4)$$

Em que:

Habilitações Académicas (HA):

Será ponderada a habilitação académica de base até ao limite de 20 valores:

Habilitações Académicas Valoração

Habilitação académica de grau exigido (Licenciatura/Mestrado) 15 Valores

Habilitação académica de grau superior ao exigido (Doutoramento) 20 Valores

Formação Profissional (FP):

A formação profissional visa aumentar a eficácia e a eficiência dos serviços através da melhoria da produtividade do capital humano, pelo que este fator integra obrigatoriamente o método de avaliação curricular. Tal significa que não se trata de qualquer formação, apenas se considera a formação profissional que respeite as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com o posto de trabalho a preencher e obtidas nos últimos 5 anos.

Apenas são consideradas ações comprovadas por certificados ou diplomas que indiquem expressamente o número de horas ou de dias de duração da ação e a data de realização. Sempre que do respetivo certificado não conste o número de horas de duração da formação, considerar-se-á que cada dia de formação é equivalente a seis horas e cada semana a cinco dias.

Este parâmetro será avaliado até ao máximo de 20 valores, da seguinte forma:

Formação Profissional Valoração

Duração total entre 0 a 20 horas 10 Valores

Duração total entre 21 a 40 horas 12 Valores

Duração total entre 41 a 60 horas 14 Valores

Duração total entre 61 a 80 horas 16 Valores

Duração total superior a 80 horas 18 Valores

Pós-Graduação e/ou MBA concluída/o 20 Valores

Os valores não são cumulativos, pelo que no caso de presença de dois ou mais itens, atribuir-se-á o valor correspondente ao item mais elevado.

Experiência Profissional (EP):

Neste fator pretende-se determinar a qualificação dos candidatos para o posto de trabalho em causa, ou seja, o grau de adequação entre as funções/atividades já exercidas e as atividades caracterizadoras do posto de trabalho a preencher. Desta forma, será ponderado o exercício efetivo de funções, especificamente na área para a qual o procedimento concursal é aberto:

Experiência Profissional Valoração

Sem experiência 10 Valores

Experiência < 1 ano 13 Valores

Experiência >= 1 e < 2 anos 15 Valores

Experiência >= 2 e < 3 anos 17 Valores

Experiência >= 3 anos 20 Valores

Apenas é considerada a experiência profissional desde que devidamente comprovada, sob pena de não ser considerada para efeitos de Avaliação Curricular.

As ponderações dos fatores (HA, FP e EP) integrantes deste método de seleção traduzem a importância relativa que o Júri entendeu atribuir a cada um, por considerar que essa ponderação é a que permite a melhor avaliação profissional dos candidatos nas áreas relativas aos postos de trabalho para o qual o procedimento foi aberto.

11.9 - A Avaliação Psicológica e a Entrevista de Avaliação de Competências poderão ser efetuadas com recurso a meios de comunicação à distância, nos termos descritos no Ponto 11.6.1.

São avaliadas segundo os níveis de classificação de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

11.9.1. A Avaliação Psicológica (AP): visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de

personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido. Este método será composto pela aplicação de vários instrumentos/técnicas de avaliação psicológica e contempla três momentos, nomeadamente a aplicação de testes psicotécnicos, inventário de personalidade e a realização de uma entrevista de avaliação psicológica. Por cada candidato submetido a avaliação psicológica será elaborado um relatório, contendo a indicação das aptidões e/ou competências avaliadas, nível atingido em cada uma delas e resultado final obtido. A aplicação deste método será realizada por um psicólogo(a) inscrito(a) na Ordem dos Psicólogos Portugueses.

A avaliação psicológica será valorada através dos seguintes níveis classificativos e respetiva classificação:

Elevado - 20 valores;
Bom - 16 valores;
Suficiente - 12 valores;
Reduzido - 8 valores;
Insuficiente - 4 valores.

11.9.2. A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC): visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. A aplicação deste método baseia-se num guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências definido, associado a uma grelha de avaliação individual que traduz a presença ou ausência dos comportamentos em análise. As competências a avaliar conforme perfil de competências previamente definido e consideradas basilares para exercício da função, bem como a respetiva ponderação na nota final desta entrevista são as seguintes:

Orientação para resultados - competência ponderada a 20%
Iniciativa e autonomia - competência ponderada a 20%
Planeamento e Organização - competência ponderada a 20%
Responsabilidade e compromisso com o serviço - competência ponderada a 20%
Comunicação - competência ponderada a 20%

O presente método de seleção será pontuado através dos seguintes níveis classificativos e respetiva classificação:

Escala Classificação Nível classificativo

100% 20 Valores Elevado
75% a 99% 16 Valores Bom
50% a 74% 12 Valores Suficiente
30% a 49% 8 Valores Reduzido
0 a 29% 4 Valores Insuficiente

11.10 - Entrevista Profissional de Seleção: poderá ser efetuada com recurso a meios de comunicação à distância, nos termos descritos no Ponto 11.6.1.

Visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

A classificação a atribuir a cada parâmetro de avaliação resulta de votação nominal e por maioria, sendo o resultado final expresso numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas na avaliação dos seguintes parâmetros:

A – Perfil para a função;
B – Motivação e interesse para a função;
C – Competência comunicacional;
D – Sentido crítico;
E – Conhecimentos Especializados.

Cada parâmetro será valorado de acordo com os seguintes níveis classificativos:

Elevado - 20 valores;
Bom - 16 valores;
Suficiente - 12 valores;
Reduzido - 8 valores;
Insuficiente - 4 valores.

E de acordo com a seguinte fórmula:

$$EPS=(A + B + C + D+E)/5$$

11.11- A ordenação final dos candidatos será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e resulta da seguinte fórmula:

$$OF = (40PC + 30AP + 30EPS)/100 \text{ ou } OF = (40AC + 30EAC + 30EPS)/100$$

Legenda: OF - Ordenação Final; PC - Prova de Conhecimentos; AC - Avaliação Curricular; AP - Avaliação Psicológica; EAC - Entrevista de Avaliação de Competências; EPS - Entrevista Profissional de Seleção

12 - Em caso de igualdade de valoração entre candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no art.º 27.º da Portaria. Subsistindo o empate após aplicação dos referidos critérios, serão utilizados os seguintes:

Candidato com a melhor classificação obtida no parâmetro da avaliação da EPS: "A- Perfil para a função".

Candidato com a melhor classificação obtida no parâmetro da avaliação da EPS: "B - Motivação e interesse para a função".

Candidato com a classificação final da habilitação exigida mais elevada.

13 - A lista dos resultados obtidos em cada método de seleção será divulgada na página eletrónica <https://recrutamentocmp.cm-porto.pt/procedimentos>.

14 - Os candidatos admitidos serão notificados do dia, hora e local para realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no art.º 10.º da Portaria.

15 - Composição do Júri:

Presidente: Pedro José Seixas Pombeiro, Diretor Departamento

Vogais Efetivos: Marta Andreia da Silva Pinto, Chefe de Divisão que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e Inês Isabel Escolástico Alves Cardoso, Técnica Superior

Vogais Suplentes: Carla Sofia de Oliveira Ferreira Bravo, Chefe de Unidade e Bruno Miguel Oliveira Fraga, Técnico Superior.

16 - Os candidatos serão notificados para a realização da audiência prévia, nos termos dos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo.

16.1 - No âmbito do exercício da audiência prévia, os candidatos devem obrigatoriamente utilizar o formulário eletrónico, na Plataforma de Recrutamento disponível na página de detalhe da respetiva referência em <https://recrutamentocmp.cm-porto.pt/procedimentos>.

Fundamentação Legal - nos termos do art.º 10.º e art.º 22.º da Portaria e Código do Procedimento Administrativo

17 - A lista unitária de ordenação final, após homologação, é disponibilizada na página eletrónica <https://recrutamentocmp.cm-porto.pt/procedimentos>.

18 - "A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação".

Fundamentação Legal - Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de março, em cumprimento da alínea h) do art.º 9.º da Constituição da República Portuguesa.

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Termino da Oferta

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP: